ACÓRDÃO DA 2ª CAMARA	:	**AC02-G.MJMS-477/2015**
PROCESSO TC/MS	:	TC/15114/2013
PROTOCOLO	:	1443474
ÓRGÃO	:	AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS
RESPONSÁVEL	:	MARIA WILMA CASANOVA ROSA
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	DIRETORA PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 242/2013
RELATORA	:	CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

I – EMENTA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO ELETRÔNICO. AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULAR E LEGAL.

II – RELATÓRIO DA MATÉRIA

Tratam os autos do Contrato Administrativo n. 242/2013 celebrado entre a Agência Estadual de Gestão de Empreendimento e a empresa MMC AUTOMOTO-RES DO BRASIL LTDA, decorrente do resultado do Procedimento Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico n.004/2013.

O Procedimento Licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2013, foi autuado nesta Corte de Contas através do Processo TC/MS nº 15108/2013, tendo sido julgado através da Decisão Singular DSG-G.MJMS-9516/2013, pela legalidade e regularidade.

A Formalização do Contrato foi julgada Regular e Legal por esta Corte de Contas por meio das Decisões Singulares DSG-G.MJMS-11321/2013.

Analisa-se neste momento a Execução Financeira (3ª fase), nos termos do Artigo 120, inciso III, da Resolução Normativa n. 76/2013.

Em Análise ANA-6ICE-6937/2014 a 6ª Inspetoria de Controle Externo manifestou pela regularidade e legalidade da execução do Contrato (3ª fase).

Ato seguinte os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas que

emitiu parecer, PAR-MPC-GAB.6 DR.TMV-8648/2014, pela regularidade e legalidade da execução financeira contratual.

III – DO VOTO

Depreende-se da leitura dos autos que tanto a Equipe Técnica quanto o Ministério Público de Contas corroboraram seus entendimentos pela regularidade e legalidade da Execução Financeira (3ª fase).

Compactuo com os entendimentos dos Órgãos Técnicos em declará-la regular e legal, pois a mesma encontra-se concluída, visto que os documentos que concernem a 3ª fase da contratação comprovam a total execução do objeto contratado, conforme demonstração no resumo da execução financeira:

-VALOR DO CONTRATO	R$ 2.871.900,00
- VALOR EMPENHADO	R$ 2.871.900,00
- COMPROVANTES DE DESPESAS	R$ 2.871.900,00
- ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS	R$ 2.871.900,00

Como se vê, são idênticos os valores relativos às três etapas da execução da despesa: empenho, liquidação e pagamento – circunstância que revela a correta liquidação do objeto.

Nessas condições, considerando que foram atendidas as exigências contidas na Lei nº 8.666/93, bem como as normas regimentais estabelecidas por esta Corte de Contas, concluo que a execução contratual merece aprovação por esta Corte de Contas.

IV – A DECISÃO

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos, na 4ª Sessão Ordinária da **2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul**, proferida no dia 7 de abril de 2015, em conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos e acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, **ACORDAM,** os Senhores Conselheiros, nos termos do relatório e voto da Conselheira Relatora em:

1) Declarar **REGULAR e LEGAL** a Execução a Execução do Contrato Administrativo n. 242/2013 (3ª fase) nos termos do Artigo 59, inciso I, da Lei Complementar n. 160/2012, c/c Artigo 120, inciso III, da Resolução Normativa 76/2013;

2) Comunicar o resultado do julgamento às Autoridades Administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n. 160/2012.

V – Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Iran Coelho das Neves. Participaram do julgamento, Excelentíssimo Senhor Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo. Presente o Representante do Ministério Público de Contas Excelentíssimo Senhor Procurador de Contas Dr. João Antônio de Oliveira Martins Júnior.

Campo Grande – MS, 13 de abril de 2015.

Conselheira Marisa Serrano

Relatora

mmm